



Mariana Rocha Bernardi\*  
Thailize Brandolt da Rocha\*\*

## RESUMO

O presente artigo pretende iniciar uma análise sobre o fato de que os conjuntos de valores da sociedade estão pautados no quanto os indivíduos podem ter e/ou na sua capacidade de gerar mais bens materiais. Os juízos valorativos são determinados, no mais das vezes, pela posição ocupada pela pessoa ou grupo de pessoas dentro de um contexto social e essa posição geralmente se deve à quantidade de coisas que ela possui. Emitem-se juízos morais a partir das relações estabelecidas com as coisas, da relação com os bens materiais. Dentro deste escopo, partir-se-á da teoria formulada por Adela Cortina sobre a aporofobia, a aversão à pobreza, um tipo de fobia que marginaliza certos tipos de sujeitos, não por conta de sua etnia, cor de pele ou religião, mas por conta de sua falta de riqueza, o que acaba determinando a validação (ou não) das relações morais entre os indivíduos.

**Palavras-chave:** Aporofobia. Moralidade. Dinheiro. Ética.

## The aversion to poverty and the relationship with things as determinants in moral relationships

## ABSTRACT

The present paper aims to initiate an analysis about the fact that the set of values are based on how much people can have and/or your capability to generate more material assets. Value judgments are determined, more often, by the status occupied by a person or group of people inside a social context and this status is usually associated with the amount of things that these people have. Usually, moral judgements are made from the relation established with things, the relation with the material assets. In this context, we start from the theory formulated by Adela Cortina about aporophobia, the aversion to poverty, a kind of phobia that marginalizes certain types of subjects, not because of their ethnicity, skin color or religion, but because of their lack of wealth, what which ends up determining the validation (or not) of the moral relations between individuals.

**Keywords:** Aporophobia. Morality. Money. Ethics.

A aversão à pobreza e a relação com as coisas como determinantes nas relações morais

Kairós: Revista  
Acadêmica da Práinha

ISSN: 1807-5096

e-ISSN: 2357-9420

Fortaleza,

v. 18, n. 2, 2022

\*Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista PROSUC/CAPES modalidade I. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: mrocha2@ucs.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8383354831193667>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5805-9588>.

\*\*Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista PROSUC/CAPES modalidade II. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: tfbrocha1@ucs.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2081908714409920>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3713-8877>.

## 1 O dinheiro e a moralidade

A moralidade é determinada pelo dinheiro. Com essa assertiva pretende-se iniciar uma análise, ainda que rudimentar, sobre o fato de que nossos conjuntos de valores (moralidade) estão pautados no quanto temos ou podemos ter, em termos de bens materiais, e/ou na capacidade de gerar mais desses bens. Os juízos valorativos são determinados, no mais das vezes, pela posição que uma pessoa ou grupo de pessoas ocupa dentro de um contexto social e essa posição geralmente se deve à quantidade de bens materiais que ela possui. Emitem-se juízos morais a partir das relações estabelecidas com esses bens, os próprios e os de outrem, de modo que os comportamentos passam a ser pautados por essa dinâmica econômico-financeira.

Por moralidade se entende todo o conjunto de valores que vão se desenvolvendo e sendo estabelecidos pelos grupos sociais, de modo que o convívio coletivo seja minimamente possível, considerando que (o homem) “participa da sociedade; ele e ela estão absorvidos juntos numa mesma tarefa de conservação individual e social. Estão voltados para si mesmos” (BERGSON, 1978, p. 31). Assim,

Por *moral* (*mores*) em sentido amplo, os latinos entendiam o *cultivo do caráter*, (cultivo das “boas” qualidades cívico-patricias), e, não, a rigor, uma disposição ética no sentido de promover princípios racionais orientadores da conduta de excelência. Cícero faz uso do termo *mores* a fim de expressar a) o caráter, a índole ou o gênio diversificado de cada um; [...] Além do termo *mores*, Cícero se vale também de *virtutis* e *honestatis*, com os quais indica, em sentido ético, o exercício do caráter (a prática do que é valioso na ação), e, por ele, o que é equitativo: reto, justo etc. (SPINELLI, 2009, p. 29).

Juízos morais são todos os julgamentos realizados uns pelos outros a partir de “regras” que se estabelecem nos grupos. A valoração com base nos comportamentos que são esperados faz com que se tenha uma métrica de como as pessoas devem se comportar. Caso alguém não supra as expectativas do grupo, esse membro é imediatamente segregado do convívio, seja de forma direta ou indireta, sutilmente ou não, pois há uma necessária relação de reciprocidade (indivíduo - grupo).

As regras morais são determinadas pelo que se aprecia mais ou menos dentro de um grupo e ao longo da história se percebe que um dos elementos mais apreciados, senão o mais apreciado, é o dinheiro ou, na expressão que aqui se usa como sinônima, os bens materiais. O dinheiro é moeda de troca, podendo ser

representado na forma de papel específico, de moedas de metal ou, mais recentemente, em transações virtuais ou ainda na forma de terras, construções, alimentos, utensílios, enfim, tudo aquilo que proporcione melhores condições de existência aos indivíduos.

Com o dinheiro nasce o termo *economia*, um tipo específico de conhecimento que estuda as relações entre os indivíduos e os bens, ou um conjunto de valores materiais que determinam as relações de produção e consumo de coisas em prol dos indivíduos de uma sociedade. A economia se tornou uma área de conhecimento porque envolve a relação dos seres humanos com as coisas, com a posse de bens materiais e se tornou, assim, um dos balizadores morais de nossa sociedade. A teoria crítica a partir de Lukács entende a economia como uma relação ampla entre os bens produzidos e consumidos por uma sociedade e seus indivíduos, de modo que a ela incumbiu

[...] a tarefa de acompanhar a intrusão da “forma mercadoria” em todas as relações sociais, inclusive nas relações do indivíduo consigo mesmo. Isso foi feito para salientar que a influência da economia, ou da forma mercadoria, se estende bem além da esfera das doutrinas econômicas, até alcançar as preferências culturais e as visões de mundo. Inspirados pela teoria lukácsiana da reificação (Lukács, 2003, p. 193 ss.), os primeiros teóricos críticos entenderam de fato a economia de maneira muito ampla: segundo suas teses, as preferências econômicas no capitalismo maduro abarcam e corrompem todas as esferas de vida. O econômico – entendido como uma modalidade específica de interação com coisas e pessoas – é, portanto, tornado responsável pelas patologias que caracterizam as sociedades capitalistas: exploração, opressão, instrumentalização, reificação, alienação e, mais em geral, sua irracionalidade (JAEGGI, 2018, p. 504).

O termo economia aparece primeiramente na obra filosófica de Aristóteles como *a arte de administrar a casa*, não só a parte física, mas também as pessoas que nela habitam. A economia seria, portanto, *o bem administrar do lar*, já que a “pólis resulta, por conseguinte, de um agregado constituído por casas, terras e bens de modo que seja autossuficiente e capaz de garantir o bem-estar” (ARISTÓTELES, *Econômicos I*, 1, 10), ou seja, havia a preocupação com a sustentação da cidade de acordo com as posses que cada cidadão detinha, ou o quanto era necessário contribuir para a subsistência dos demais cidadãos. Porém, como Aristóteles é adepto

de uma ética que tem em vista o meio-termo<sup>1</sup>, nada deveria ser excessivamente grande nem pequeno: uma comunidade deveria suportar os bens necessários, e somente estes, para o bem-estar de seus habitantes. Aristóteles também considerava que havia papéis específicos a serem cumpridos pelos indivíduos na sociedade, de modo que para que esse sistema econômico da pólis funcionasse de forma adequada a cada um caberia uma função específica na criação dos filhos, a saber, às mulheres caberia a alimentação da prole e aos homens a sua educação.

O desejo por bens materiais, pelo acúmulo de riquezas, levou à diversas formas de dominação e divisão entre os humanos, já que muitos começaram a ser incluídos numa posição de subalternidade porque eram vistos como incapazes de obter e/ou gerir maior quantidade de bens. A acumulação primitiva, resultante da crise feudal durante o período de 1450 a 1650, representou uma transição para a ascensão do capitalismo, que levou à exploração de trabalhadores e, conseqüentemente, a divisão entre pessoas: “o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração” (FEDERICI, 2017, p. 119).

Um exemplo da divisão gerada pela dominação do capitalismo se vislumbra bem entre os gêneros, já que a mulher também passou a ser vista como um corpo gerador de uma nova força de trabalho a ser explorada e, portanto, *fonte primária de exploração*. Assim, a ascensão do capitalismo “foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias eram construídas sobre o gênero, assim como sobre a raça e a idade” (FEDERICI, 2017, p. 119). Desta forma também houve a segregação dos sujeitos dentro dos próprios grupos de trabalhadores, colocando as mulheres em uma posição de exploração e vulnerabilidade ainda maior que os homens.

Se ao longo da história humana os papéis sociais dentro de um sistema de trocas e distinção dos sujeitos de acordo com as posses materiais foram determinantes para a configuração moral da sociedade, o dinheiro foi o critério principal de classificação das pessoas, atribuindo a elas valores diferentes conforme

---

<sup>1</sup> Segundo o estagirita o conceito de meio-termo no objeto se refere “aquilo que é equidistante de ambos os extremos, e que é um só e o mesmo para todos os homens; e por meio-termo relativo a nós, o que não é nem demasiado muito nem demasiadamente pouco — e este não é um só e o mesmo para todos” (EN II 6, 1106a, 25-30).

o número de posses que detinham. No livro *O que o dinheiro não compra*, Michael Sandel (2012) reflete sobre tais questões e alerta para a situação em que tudo aquilo que é bom pode ser vendido ou comprado. Ter dinheiro é o que determina o lugar do indivíduo no mundo, não só em seu aspecto material, mas também no aspecto da relevância moral para a sociedade:

Numa sociedade em que tudo está à venda, a vida fica mais difícil para os que dispõem de recursos modestos. Quanto mais o dinheiro pode comprar, mais importante é a fluência (ou a sua falta). [...] Quando todas as coisas boas podem ser compradas e vendidas, ter dinheiro passa a fazer toda a diferença do mundo. Por isso é que as últimas décadas se têm revelado particularmente difíceis para as famílias pobres e de classe média. Não só se agravou a defasagem entre ricos e pobres como a mercantilização de tudo aguçou a desigualdade e aumentou a importância do dinheiro (SANDEL, 2012, p.14).

Em todas as esferas, seja no ambiente de trabalho, dentro das rotinas familiares e nas suas relações afetivas, inclusive consigo mesmo, há uma tendência em privilegiar aquilo que irá resultar em maiores satisfações financeiras e materiais. Assim, a pergunta: *o que o dinheiro pode comprar?* se desdobra numa segunda e importante indagação: *o que o dinheiro não pode comprar?* O próprio estabelecimento de espaços de fala e influência política dependem do quanto se pode investir, em termos financeiros, nestes espaços, de modo que os indivíduos com maior liberdade de atuação social se confundem com os que possuem mais quantidade de bens ou dinheiro.

## **2 Uma hipótese entre o poder dado pelo dinheiro e a (falsa) busca pela felicidade**

A quantidade de coisas que uma pessoa possui determina o quanto é mais ou menos capaz de *determinar* a si mesma e às outras, ou seja, o quanto é capaz de realizar ações que outra, desprovida de bens materiais, não consegue realizar. A essa determinação de si mesmo e/ou do outro chamaremos de *poder*. Quando alguém *pode alguma ação* é porque detém as condições ou meios necessários para impor sua vontade em detrimento da vontade do outro. Esse poder também determina, em cada circunstância, o curso de vidas, pois aquele que mais tem posses costuma

subjugar aquele que possui menos ou que nada tem. O conceito que ora se apresenta deriva da noção do jurista Norberto Bobbio, para quem

A palavra *Poder* designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão *Poder* calorífico, *Poder* de absorção). Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o *Poder* torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: *Poder* do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito, mas também o objeto do *Poder* social. E *Poder* social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um Governo de dar ordens aos cidadãos. Por outro lado, não é *Poder* social a capacidade de controle que o homem tem sobre a natureza nem a utilização que faz dos recursos naturais. (BOBBIO, 1998, p. 933)

Esse poder, por outro lado, revelaria uma falta interna do indivíduo, para a qual se buscaria um preenchimento material. Nesse sentido, pode-se observar a concepção a respeito do que é a *felicidade*, de como se busca hodiernamente por ela, já que a ambição por poder revelaria, numa concepção mais profunda, uma busca ou um sentimento de ausência da felicidade. A percepção de como se busca a vida boa foi se modificando ao longo dos anos de acordo com os sistemas políticos e econômicos vigentes. O que se pode concluir sobre o condicionamento atual por essa busca pela felicidade é que, assim como os bens de consumo que podem ser adquiridos facilmente apenas com um *clique*, a felicidade também se tornou artigo banal, *um artigo que pode ser comprado em uma prateleira qualquer*. Se o dinheiro pode conceder a permissão de alguém fazer parte de determinado grupo, isso também pode estar relacionado à ideia de que a felicidade está ligada à aquisição de bens monetários. Essa necessidade de pertencimento e identidade faz com que só através daquilo que se conquista materialmente é que se determina o papel político de cada indivíduo em sociedade.

Busca-se, assim, uma resposta quantitativa para uma pergunta que tem na sua origem algo qualitativo: *O que nos faz feliz?* ou *o que determina um lugar de reconhecimento perante o mundo?* Se se parte do pressuposto de que a felicidade é resultado do quanto se consegue acumular em termos de bens materiais, ter-se-á uma “busca infinita”, posto que dificilmente se chegará a um denominador comum do quanto é efetivamente suficiente para ser feliz. E supondo que essa tentativa fosse

possível, sempre que alcançado tal estágio de satisfação, ele seria seguido por um ânimo de insatisfação e a busca recomeçaria, como num “looping eterno”. Segundo Nuccio Ordine (2016, p. 33) em *A Utilidade do Inútil*, vivemos dentro de “um contexto fundado exclusivamente na necessidade de pesar e medir com base em critérios que privilegiam quantias”.

Através da evolução digital, da *internet* e das redes sociais, passou-se a conviver com fatores novos e importantes para a busca da felicidade humana. A comparação com o outro ficou ainda mais acessível e incentivada. As fotos postadas nas redes sociais, a vida transportada para a tela ganha novos aspectos, artifícios e novas insatisfações com a realidade vivida. Como bem enfatiza o filósofo coreano Byung-Chul Han, está-se diante de uma nova realidade: o excesso de positividade<sup>2</sup>, que denuncia que a busca pela felicidade já não é mais apenas o destino ou propósito de nossas ações de acordo com nossos hábitos e caráter, mas que passa também a ser uma espécie de *obrigação*. Levando em consideração que a busca pela felicidade se dá de forma quase que normativa e que o dinheiro é visto como meio reconhecido e suficiente para alcançá-la, conclui-se que a moralidade está diretamente relacionada com as posses.

Na sociedade atual em que o reconhecimento social se dá não apenas pelo quanto os indivíduos podem contribuir para a sustentação do grupo, mas pelo quanto eles podem contribuir para a sustentação dos sujeitos que estão no poder, o pobre não consegue se manter em seu grupo de referência, uma vez que é visto como um “estorvo”, alguma coisa para além do sistema e para quem não é possível a integração na *relação contratual de dar e receber*. Se dentro de um grupo é extremamente valorizado o trabalho bem remunerado, os indivíduos que, inseridos neste mesmo grupo, não forem capazes de trabalhar e auferir frutos consideráveis desse trabalho, serão menos valorizados pelos demais e tenderão à exclusão. Até este ponto não se traz, necessariamente, nenhuma novidade. A questão aqui está no fato de que a forma como se valorizam os indivíduos e suas ações reflete na forma como tais indivíduos perceberão seu alimento, sua renda. E, ciclicamente, a forma e a quantidade em que

---

<sup>2</sup> Essa nossa incapacidade de lidar com a negatividade, também está em não aceitar aquilo que vem de fora, aquilo que é posto pelo externo e nisso também se encontra a dificuldade na não aceitação dos “nãos” que inevitavelmente irão aparecer em nossas vidas. Estamos diante de uma sociedade doente que sofre com “infartos, provocados não pela negatividade de algo imunologicamente diverso, mas pelo excesso de positividade” (2015, p. 8).

tais indivíduos perceberão sua renda será a métrica social utilizada para que sejam mais ou menos segregados de determinados locais ou de determinados grupos.

É através deste tipo de critério, levando em conta a aversão à pobreza e a valorização da riqueza que são determinados, mesmo que por vezes sutilmente, alguns critérios morais bastante básicos e importantes na sociedade.

### **3 A violência que vem da posse**

As determinações de posições sociais que são ocupadas pelos membros de um grupo têm relação com as coisas que esses membros possuem e/ou com a capacidade que têm de gerar mais riquezas, sendo essa determinação estritamente moral. Tal como uma disputa violenta por territórios ou fêmeas observada no reino animal, disputa-se o dinheiro e se exploram pessoas com vistas ao acúmulo de bens. Como espécie animal, a força física também é um trunfo em certas disputas, entretanto, por meio da razão se desenvolvem técnicas mais aprimoradas de violência. Pode-se perceber que mesmo nos dias atuais o comportamento dito irracional, como o observado nos bichos que se confrontam para a sobrevivência, na disputa há ameaça da hegemonia do grupo:

Toda a beleza de nossa cultura é apenas o resultado de um amontoado de bichos querendo sobreviver e eliminando as dificuldades mais imediatas, comumente erradicando outros bichos que os ameaçam e dominando violentamente aqueles que podem explorar (DE DEUS, 2020, p. 132).

A civilidade é a palavra usada para designar um conjunto de preceitos que demonstram o nível de desenvolvimento moral, de respeito e de consideração mútuos entre indivíduos. No entanto, esse suposto progresso moral, que vem na forma de costumes regionais, cultura, sistemas legais, entre outros métodos de organização e pacificação de grupos, mantêm a subjugação de uns em relação aos outros. Tome-se como exemplo a eliminação de um indivíduo por outro ou a segregação de indivíduos indesejáveis ao grupo. No primeiro exemplo, matar alguém é considerado um crime, ou seja, uma ação considerada repulsiva e que por isso necessita de reprimenda por

meio de um Estado<sup>3</sup>, uma penalidade que razoavelmente seja equivalente ao mal cometido. Quando uma pessoa mata uma outra por algum motivo qualquer (e aqui não se desenvolvem os argumentos para tanto, posto que não é o objeto do trabalho), o cometedor do crime responderá pela ação e cumprirá uma pena, geralmente restritiva de liberdade. Um Estado, entretanto, que por negligência deixa muitas pessoas morrerem, como uma espécie de homicídio indireto, não terá para si a mesma penalidade aplicada a uma pessoa em particular.

Com esse exemplo pretende-se explicitar que existem formas diferentes de *extirpação da vida*, a pretexto de conservar alguma posse, salvaguardar algo que pareça uma posse (pode ser até mesmo um sentimento, por mais abstrato que seja), com a diferença de que se criam regras diferentes para a penalização de um indivíduo e para a penalização de um grupo de indivíduos instituído, como é o exemplo do Estado. A razão problematiza e confere a capacidade de argumentar em favor ou desfavor de uns em relação a outros, dependendo dos valores que se tem para aquela determinada circunstância.

Valora-se de forma muito mais negativa um homicídio cometido por um particular a outro do que as centenas de homicídios indiretos ou progressivos cometidos por um Estado por falta de assistência à coletividade. Aliás, na maioria das vezes, a pretexto do Estado atuar em nome de todos os cidadãos inseridos em determinado contexto territorial é que não se penalizam suas ações ou omissões, porque tal penalização acarretaria a sanção indireta ao agrupamento de indivíduos que o Estado representa.

O instinto de grupo e de empatia entre duas ou mais pessoas também é interessante de se observar tendo como plano de fundo a função de troca entre os indivíduos. Adela Cortina<sup>4</sup> analisa a teoria *darwinista* da seleção natural aplicada ao

<sup>3</sup> Estado é uma instituição específica formada por pessoas que têm o escopo de organizar grupos sociais que convivem em determinado território, sendo sua existência convencionalizada por meio do que podemos chamar de contrato social, uma abstração criada para administração de uma coletividade de pessoas. Nas palavras de Antonio Paim, na apresentação da obra *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*, explicando o autor Norberto Bobbio, “sobre o essencial da concepção kantiana, no tocante à ideia de que o Estado não tem fins próprios, devendo os seus fins coincidir com aqueles dos indivíduos que integram a sociedade, Bobbio afirma o seguinte: “Através de uma metáfora, esta concepção de Estado foi chamada de Estado-protetor, para significar que sua tarefa não é dirigir os súditos para este ou aquele fim, mas unicamente vigiá-los para impedir que, na busca dos seus próprios fins, cheguem a conflitos” (BOBBIO, 2000, p. 05)

<sup>4</sup> Filósofa espanhola que sistematizou uma teoria moral de acordo com o termo “aporofobia” a qual ela se refere como uma aversão aos pobres e caracteriza todo tipo de exclusão e/ou alienação de pessoas

grupo social, que revela que as pessoas se ligam a seus grupos seletivamente e não a humanidade enquanto tal. Esse interesse em abdicar do egoísmo só se daria por pressão do grupo ao qual pertencem ou por necessidade de sobreviver dentro daquele grupo. O auxílio mútuo entre indivíduos é motivado por interesses particulares, ou seja, o “dar e receber” tendo em vista um benefício individual futuro, deixando, assim, aqueles que não podem oferecer nada em troca excluídos e, por conseguinte, temidos por aqueles que contribuem materialmente para a manutenção da comunidade.

Certamente, a explicação de Darwin é atraente para entender que os indivíduos altruístas o sejam pela pressão do grupo que tenta sobreviver. É verdade que a sobrevivência do grupo requer o sacrifício do egoísmo, tanto por amor ao grupo como por interesse próprio, mas o altruísmo de grupos é inevitavelmente xenófobo e excludente, pois se baseia tanto no altruísmo interno do grupo quanto na rejeição a estranhos (CORTINA, 2020, p. 97).

Tal classificação das pessoas de acordo com o quanto elas podem ser úteis ou contribuir economicamente resulta numa visão superior e unilateral que é tida como verdade, criando uma espécie de antagonismo entre riqueza (economia) e a vida do indivíduo (sua dignidade). Um dilema recente entre a importância da economia diante da vida foi a pandemia da COVID-19, em que o mundo todo teve que restringir suas atividades comerciais e adotar o isolamento social como medida de prevenção para evitar a contaminação. Em consequência, surgiram algumas questões bastante importantes: o que deve ser salvo, a vida ou a economia? O que vale mais? E qual o papel dos líderes políticos diante deste dilema? Na maioria dos países que optaram por priorizar a economia, ou seja, não aderir ao isolamento social como medida preventiva ao vírus e escolheram continuar com as atividades de comércio em sua forma convencional com medo da recessão econômica, percebeu-se que os números de mortes e infectados aumentavam em uma proporção muito maior.

---

que não podem contribuir em nada para a sociedade de forma econômica, sendo assim, uma espécie de estorvo, gerando apenas gastos e não mais riquezas. A filósofa Adela Cortina é “membro da Comissão Nacional de Reprodução Humana Assistida e Vogal do *Comité Assessor de Ética de la Investigación Científica e Tecnológica*. Foi a primeira mulher membro da *Real Academia de Ciencias Morales y Políticas*. É diretora do Mestrado e Doutorado em Ética e Democracia, e da Fundação Étnor. [...] Tirou o curso de Filosofia na Faculdade de Filosofía e Letras da *Universidad de Valencia*. Em 1979, defendeu a tese de Doutorado “*Dios en la filosofía transcendental kantiana*”. Foi professora de liceu uns anos até receber uma bolsa de investigação que lhe permitiu frequentar a Universidade de Munique e de Frankfurt, onde contactou e foi influenciada pelo pensamento de Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel.”. Disponível em <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/ghispanicas/2020/09/02/adela-cortina/>.

Outro exemplo deste elemento de classificação dos sujeitos de acordo com o dinheiro são os movimentos separatistas que escancaram a segregação de certos sujeitos de acordo com a sua realidade econômica, em que o componente utilitário é o que determina a estima do indivíduo, a sua presença ou a sua exclusão do grupo:

Na carta de princípios do movimento O Sul é meu país, por exemplo, apesar de elencar oito motivações para o apoio do público à organização – motivações políticas, tributárias, econômicas, geográficas, sociais e até mesmo morais – sete delas, exceptuando-se apenas as motivações históricas, possuem justificativas baseadas na riqueza, no erário público e no suposto peso financeiro que seria a união de todas as 26 unidades federativas. Seguindo tal lógica, o Movimento São Paulo Livre, sob o desejo de “Menos impostos e melhor aplicação dos recursos públicos”, finca seu incômodo basilar no fato de pagar mais impostos à federação do que recebe, sendo obrigado a dividi-los com o resto da nação, aparentemente, segundo eles mesmos, menos abastarda (DE DEUS, 2020, p. 126).

Essa importância crescente que o dinheiro vai ganhando nas vidas em sociedade e que gera a exclusão de certos indivíduos, assim como Cortina salienta, revela uma interpretação de superioridade, ou seja, que existe uma diferença de grau entre os indivíduos. A xenofobia, a aversão a estrangeiros, se dá por conta da *aporofobia*<sup>5</sup>, pois o problema não está nos turistas que depositam sua riqueza em um país ou quando empresários estrangeiros decidem abrir fábricas e empresas em outro território, mas sim em aceitar sujeitos que, aparentemente, nada têm a contribuir com nosso acúmulo de riqueza.

É o pobre, o áporos que incomoda, inclusive o da própria família, porque se considera o parente pobre como uma vergonha que convém deixar de lado, ao passo que é um prazer ter o parente triunfante, bem situado no mundo acadêmico, político, artístico ou no dos negócios. É a fobia do pobre o que leva à rejeição às pessoas, raças e etnias que habitualmente não têm recursos e, portanto, não podem oferecer nada ou parecem não poder fazê-lo (CORTINA, 2020, p. 29).

Os crimes de ódio aos pobres são uma grande ameaça à democracia, pois colocam os sujeitos numa divisão em que uns se encontram em situação de superioridade aos outros, o que leva a uma sistematização de delitos e incidentes,

<sup>5</sup> “Diz-se do ódio, repugnância ou hostilidade ante o pobre, o sem recursos, o desamparado”. Acrescentei que aquele parêntese ilustrativo que sempre segue ao vocábulo poderia dizer: (Do gr. Áporos, pobre, e fobia, aversão)” (CORTINA, 2020, p. 32).

além do desdobramento em discursos de ódio contra as parcelas desfavorecidas de indivíduos. Esse tipo de conduta tem como objetivo velado a exclusão de certos sujeitos do processo participativo ético e político das sociedades. Tais crimes de ódio se caracterizam por tratar certos tipos de pessoas como indefinidas, como alguém sem dignidade, como apenas um “outro”; também há uma estigmatização sobre as pessoas que supostamente compõem esse tipo “inferior”: elas acabam ganhando uma identidade comum pejorativa (o vagabundo que não quer trabalhar, o bandido, a mulher que separou do marido e não tem como sustentar seus filhos, aqueles que tem talento nem capacidade para ocupar certos cargos de trabalho, etc.), o que acaba gerando uma incitação às agressões pela disseminação de mentiras e estigmatização destes grupos, principalmente nas redes sociais, uma cultura que vai naturalizando as diferenças entre as vítimas e os agressores, dando apenas a um deles o direito de se manifestar livremente (CUNHA, 2022).

#### **4 Como a aversão à pobreza determina as relações morais na sociedade**

Na monarquia europeia, um pequeno e seletivo grupo de indivíduos comandava uma legião de outros indivíduos e se autoderrogava o poder de determinar quem viveria e quem morreria e qual seria o custo da sobrevivência de um monarca e de um plebeu. Ao monarca era conferido o tributo da plebe, com os quais se administrava o reino. No Egito antigo, o faraó, líder supremo do grupo, era considerado um deus, sendo escolhido por divindades para comandar os outros indivíduos e ser servido. Ele possuía as terras que comandava, o melhor lugar construído para abrigo, as melhores frutas de uma colheita e os melhores animais de um rebanho. Não seria açoitado caso cometesse um erro, nem morreria de fome, diferente do que poderia acontecer com os súditos que lhe eram subjugados.

Formas de liderar pessoas, de tomar posses e/ou de distribuir coisas foram e são constantes em qualquer lugar do mundo ao longo da história, transformando-se em sistemas de governo e econômicos que refletem, de forma aprimorada, o instinto de posse. As principais formas de relação político-econômica desenvolvidas, como o capitalismo, o socialismo e o comunismo, são ideias de como se entendem as relações das pessoas com as coisas e como se valoram os indivíduos a partir disso. A nível macro, ou seja, na relação entre grandes grupos denominados de países, o

sistema econômico vigente determina os meios de produção de coisas e quanto essas coisas valem. Aquele ou aqueles que obtém mais coisas acabam sendo mais bem valorados, tal como os preços conferidos a determinados objetos.

Dentro do aspecto do aprimoramento das formas de estabelecer vínculo entre as pessoas e as coisas e, assim, valorar mais uns em detrimento de outros, surge o desenvolvimento da ambição pela “aparência de possuir coisas”, embora não necessariamente a efetiva posse delas. É mais ou menos o que acontece nas redes sociais atualmente, onde se criam cenários e narrativas e se ostenta uma vida de muitas posses a partir de certas *poses*, que orientam para a imagem de uma situação específica não só material, mas também de relacionamentos que não necessariamente têm a ver com a realidade por trás das telas. Quando se prega uma vida de aparências, na qual se banaliza o fato de obter coisas, o resultado é que as pessoas construam sua ideia de felicidade com base nesses cenários criados.

Os famosos *digitais influencers*<sup>6</sup> são pessoas pagas para estimular o consumo com base na articulação simbólica de seu *lifestyle*, ou seja, elas não representam aqueles que produzem (mão-de-obra), nem aqueles que detém dos meios de produção (marcas), muito menos os que “pagam para ter as coisas”, mas dão vida à imagem perfeita do quanto o possuir coisas pode transformar as pessoas em sujeitos respeitáveis e desejáveis. O possuir, ou dominar território, também está presente no mundo virtual (não-real), sendo que a valoração aqui também é quantitativa, relacionando-se com a *quantidade de seguidores/curtidas/visualizações*, ganhando também uma dimensão simbólica do material.

Essa relação moral entre os indivíduos e a riqueza se torna ainda mais perigosa quando não é mais possível distinguir a diferença entre valor de objeto e valor de sujeito. Bauman (2008, p. 13) acaba retomando, de certa forma, a ideia do *fetichismo da mercadoria* proposto por Marx, para quem o valor do objeto não se sobrepõe ao do sujeito, mas com ele se confunde, resultando na dialética entre sujeito e objeto como “sujeito no objeto”.

---

<sup>6</sup> Digital influencer é um usuário popular das mídias sociais que consegue influenciar as decisões e comportamentos de outras pessoas. É um indivíduo seguido por um público que acompanha atentamente o que ele pública e reverbera suas palavras para outros. Disponível em: <https://comunidade.rockcontent.com/digital-influencer/>.

Ainda segundo Bauman, em seu livro *Capitalismo Parasitário* (2010), a percepção de identidade se dá diante do poder de consumir e assim contribuir com o desenvolvimento econômico de um determinado grupo, ao passo que é o dinheiro que confere a possibilidade do sentimento de pertencimento desse grupo. Para isso, Bauman relaciona as metáforas de “raízes” e “desenraizamento” na busca de identidades, que cada vez mais dão lugar ao “ancorar” e “desancorar” de um barco.

O fato de não se buscar por raízes identitárias, ou de temer pelo desenraizamento permanente de algo que constitui o indivíduo, faz com que haja a percepção do ato de ancorar (algo não definitivo, mas que aparentemente nos revela uma certa segurança) a melhor forma de colocar à prova as identidades e o pertencimento a determinado grupo. Aparentemente, a “âncora” é o dinheiro e com ele o poder de compra, o que permite fazer parte de vários grupos ao longo de uma existência sem a necessidade do estabelecimento de raízes. Assim como os barcos que atracam sucessivas vezes ou ocasionalmente em diversos portos, os “eus” se submetem, nas comunidades de referência às quais pedem admissão, a verificação e aprovação das próprias credenciais nessa busca de reconhecimento e confirmação da identidade (BAUMAN, 2010, p. 22). E se desempenhar um papel político depende, majoritariamente, do quanto dinheiro se tem, isso se relaciona com a ideia de liberdade do indivíduo, significando que aqueles que possuem tal liberdade é porque também detém os meios de controle e poder sob a sociedade vigente por possuírem as condições materiais para tanto.

A liberdade adquirida por meio da riqueza, entretanto, só pode ser utilizada na base e medida do dinheiro. O sistema neoliberal orienta a crença de que a liberdade é seu princípio e motivação, porque através das posses materiais é que se adquire as condições de existência digna. Também se propaga que o consumidor é um ser que toma as suas decisões de forma racional e que, ao ter maiores possibilidades de escolhas na prateleira, está diante do ápice de sua liberdade política e econômica. Ou seja, ser livre significa maiores possibilidades de consumo. Uma liberdade pautada no dinheiro e poder de consumo seria de fato liberdade?

No livro *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (2014), Byung-Chul Han apresenta uma nova compreensão sobre a liberdade às vistas no neoliberalismo. Deleuze (1992, p. 219) retoma Foucault ao analisar a passagem de uma sociedade da soberania para a sociedade disciplinar. Na primeira havia, de um

lado, um soberano que chegava ao poder tendo como base as suas posses e/ou posição religiosa ou de governo, e de outro um subordinado, escravo da própria sorte, que recebia por título a obediência, só sendo considerado um sujeito a partir do momento em que cumpria com o seu dever de obedecer. Logo, esse tipo de sociedade deu lugar à sociedade disciplinar, que tinha por base o confinamento da vida humana em suas diversas formas, desde o próprio lar até as instituições como escola, faculdade, hospitais, manicômios e a prisão, esta última como representação máxima de confinamento.

Essas formas de controle bastante explícitas garantem o poder até certo ponto, já que este funciona através da subordinação e coerção, e para isso é preciso que aquele que está sendo subordinado seja persuadido a estar em tal posição, tanto através do argumento de “obtenção de subsídios para sua subsistência”, quanto pelo simples argumento de “não ser morto por não obedecer”. Porém, esses dois argumentos perdem força à medida que os grupos que estão sendo coagidos logo percebem que tal fundamento não se justifica, e que quando unidos se tornam mais fortes e capazes que os opressores.

Diante disso, o neoliberalismo criou seu dispositivo de coerção: a liberdade. Sentir-se livre, de acordo com o preceito do neoliberalismo, é a maneira de permanecer motivado a executar tarefas que nem sempre condizem com a ideia real de felicidade. O sistema atual faz os indivíduos crerem que ser livre é hierarquicamente superior a ser feliz (entendendo-se aqui o conceito de felicidade como sinônimo de uma vida feliz baseada na aquisição de virtudes e valores humanos, conforme Aristóteles).

E se o mito da liberdade atrai as pessoas para um sistema cada vez mais frenético de busca pela riqueza, a falta dela caracteriza também a falta de liberdade; ou seja, pobreza é falta de liberdade, como aborda Cortina no livro *Aporofobia, a aversão aos pobres: um desafio para a democracia*:

[...] indo à raiz de um conceito mais amplo de pobreza, esta supõe falta de liberdade, impossibilidade de realizar os projetos de vida que tenha motivos para valorizar, carência das capacidades básicas necessárias para assumir o comando da própria vida, o que tem consequências tão indesejáveis para quem dela sofre, como a de não poder ser um agente de sua própria vida, senão que apenas um sujeito paciente na loteria natural ou social, à mercê da própria sorte, sem poder buscar a felicidade da maneira que gostaria de escolher (CORTINA, 2020, p.162).

Definir a pobreza é uma tarefa bastante árdua, visto que o mundo é constituído de uma diversidade muito grande de critérios basilares econômicos, sociais e políticos para estabelecer os limites de uma vida suficientemente digna. Mas parece que o elemento escolhido por Adela, a liberdade, está bastante coerente se for considerada a pobreza como aquela que restringe as pessoas a serem agentes de suas próprias vidas, contexto em que elas não têm a possibilidade de realizar as tarefas básicas disponíveis na coletividade a qual pertencem (DE DEUS, 2020, p. 130). A liberdade (aquela que é adquirida por meio da riqueza) é, então, a grande realizadora da dignidade humana. Aqueles que não possuem liberdade (leia-se, aqueles que não possuem dinheiro) são vistos como uma chaga, algo a ser colocado de lado, excluído e que podem vir a interferir no estado de bem-estar daqueles que possuem riquezas e que, portanto, devem ter a sua dignidade garantida.

O desprezo pela pobreza faz com que aqueles que pedem esmola sejam vistos como aqueles que devem ser interditados, pois estariam interrompendo o fluxo natural da sociedade em busca da riqueza, e é através desses indivíduos que se vislumbra mais claramente a dinâmica de inferioridade e superioridade.

[...] alguém que recebe um pedido de esmola pode não dar por diversos motivos que não guardam relação alguma com a rejeição ou o desprezo. Pode preferir colaborar com organizações solidárias que estão atentas às necessidades sociais e prestam ajuda com reconhecimento de causa e sentido de justiça, e não promover o pedido de esmola que é sempre degradante. Pode pressionar a Prefeitura de sua cidade para que faça uso do dinheiro público para atender às necessidades básicas como uma prioridade indiscutível. Mas o que não se deve fazer em nenhuma hipótese é a humilhação, a prepotência, esse miserável sentimento de superioridade de quem não tem nada a mais em termos de dignidade do que a sua vítima. (CORTINA, 2020, p. 37).

Dessa forma, se torna evidente que a grande motivação das ações tem um cunho econômico e monetário, bem como se baseia na visão social que os sujeitos têm uns dos outros. O que importa é a maximização dos privilégios, numa lógica de superveniência e subserviência entre indivíduos, o foco na diferença, no sinal de inferioridade, no olhar voltado a satisfazer impulsos autocentrados, fatores que se constituem como grande ameaça para o componente ético do mundo.

Essa aversão à pobreza resulta na identificação daquilo que se apresenta como inferior, daquilo que não se deseja espelhar, algo que não se quer ver, como se isso ensejasse uma espécie de contaminação, o que agrava outros tipos de preconceito, como é o caso do machismo, por exemplo. Desde a antiguidade, as mulheres não são vistas como capazes de prover o sustento de suas famílias, sendo a elas reservado o cuidado da esfera privada: a casa e a prole. O trabalho público, aquele que traz o sustento, o dinheiro e bens de consumo para o lar, ainda é destinado aos homens. No livro *Economicos*, Aristóteles fez reflexões sobre como administrar a casa de forma adequada, deixando claro que a natureza teria dotado homens e mulheres com habilidades diferentes para conduzir suas vidas e as vidas em sociedade. Para ele a divindade teria tornado um sexo forte e outro mais débil, para que “o receio levasse este a ser mais cauteloso e a coragem desse àquele a força para repelir os ataques”. (ARISTÓTELES, *Economicos*, I, 3, 5).

## 5 Poder econômico e subjugação

Outra das diversas situações que emergem do juízo valorativo que se faz a depender do que o indivíduo possui é a diferença de gêneros, já que ela coloca as mulheres numa posição social de maior vulnerabilidade. As mulheres, apesar de terem conquistado um espaço considerável no mercado de trabalho, ainda possuem menor renda que os homens, ainda que ocupantes de cargos idênticos. Um estudo divulgado pelo IBGE/PNAD de 2019<sup>7</sup> revela que as mulheres brasileiras recebem aproximadamente 23% a menos que os homens, e dependendo da região do país esse número pode chegar a quase 30%. Mulheres com melhores condições financeiras no Brasil tendem a ter mais liberdade de expressão e de ação do que as destituídas dessas condições, embora o fator de gênero, por si só, já determine os trabalhos que as mulheres podem ou não fazer e o quanto ganharão no trabalho para o qual forem consideradas aptas.

Mulheres que não podem trabalhar ou que recebem menos estão sujeitas ao crivo de quem as sustenta e este é um dos motivos pelos quais muitas delas sofrem os mais variados tipos de violências. Cabe então as seguintes perguntas: a

---

<sup>7</sup> Dados disponíveis em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1534>.

*discriminação contra a mulher também é uma discriminação pela sua pouca contribuição com o sistema vigente, baseado na capacidade de acúmulo de bens? A aporofobia somada ao machismo acaba por dar à pobreza uma face ainda mais feminina?*

Talvez a resposta para essas perguntas leve a uma “feminilidade da pobreza”, que silencia a voz de pessoas importantes para um debate mais democrático em nossa sociedade: a mulher pobre é alienada com mais força e menos pudor que o homem pobre. É ela quem vai perpetuar a fragilidade da pobreza, que será vista como um modelo indesejável de conduta. As mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens. Mas ainda que excluída, a mulher pobre é vista como um objeto necessário para a satisfação de certos caprichos daqueles que podem pagar por isso. Muitas acabam recorrendo à prostituição para conseguirem manter a sobrevivência, e embora marginalizadas e alienadas da sociedade, permanecem como objeto de desejo, uma mercadoria a ser adquirida. Quando uma mulher pobre aspira ocupar outro espaço que não o da submissão e desconfiguração de sua identidade, ela logo é colocada à margem novamente. Tal pressuposto que coloca as mulheres pobres em situação inferior, principalmente as mulheres negras, também é resultado de uma herança escravocrata que ainda está bastante presente na classificação dos espaços e formas de trabalho. A mulher preta vista como mercadoria, destinada apenas a certos tipos de ocupação, é mais que um estigma, ainda se configura como uma realidade velada através de uma maior subjetividade do trabalho e poder econômico.<sup>8</sup>

A exclusão da mulher pobre não está apenas na relação entre capital e trabalho, já que outros fatores bastante evidentes também qualificam a vulnerabilidade social pela qual as mulheres estão expostas. Dentro do próprio grupo de mulheres

---

<sup>8</sup> No que se refere à articulação dos elementos que são apresentados como herança do período escravocrata, Scheilla Nunes Gonçalves considera que “Reafirmar a diferença sem questionar os mecanismos que a constituem estruturalmente resulta no relativismo cultural que supõe a separação entre economia e cultura (o que no âmbito do marxismo tradicional corresponde à separação entre infraestrutura e superestrutura) que ofusca a apreensão dos mecanismos que repõem a referência ao universal como uma condição sistêmica – inclusive transformando as diferenças em mercadorias vendáveis nos devidos nichos de mercado. Não há diferença que escape ao supermercado global que padroniza e torna homogêneas todas as diversidades culturais. Assim, no campo da disputa de ideias, o relativismo cultural só pode ser o reverso da medalha do universalismo.” (GONÇALVES, 2018, p. 166).

existem subclassificações como: cor, classe social, orientação sexual, estado civil, maternidade e, nesse sentido, não bastam meras políticas públicas de inserção da mulher no mercado de trabalho, como bem salienta Mary Garcia Castro (1999, p. 90):

Alerto, entretanto, para ambiguidades do termo “feminização da pobreza” não no intuito de sugerir que não se o use, ao contrário, para chamar atenção sobre a importância de não nos limitarmos a leituras liberais, sobre diferenciais quanto a posições no mercado, entre homens e mulheres, pelas quais tais diferenciais seriam sanados por cotas para inserção de mulheres em lugares reservados a homens, por exemplo, ou por combinar programas específicos a favor de grupos mais discriminados, como as mulheres e os negros com medidas que implicam cortes de conquistas sociais de todos os trabalhadores, ou seja, no repassar para os trabalhadores um pseudo “custo Brasil” do emprego, pelo qual se entende que as restrições do mercado quanto a emprego se devem ao custo dos encargos sociais.

Se se levantasse a pergunta sobre qual é o sonho das sociedades democráticas liberais, certamente duas palavras se sobressairiam: liberdade e igualdade. Muitos discursos prezam por uma moral pluralista, em que se considera louvável a convivência com éticas distintas, onde “as pessoas poderiam compartilhar os mínimos de justiça de suas sociedades sem ter que renunciar às suas próprias bagagens culturais, como reclama o projeto de uma sociedade intercultural, de âmbito nacional e global” (CORTINA, 2020, p. 78), porém com pouca efetividade prática. Ou seja, nesse *sonho moral* não haveria espaço para a xenofobia, o racismo, a aporofobia, o machismo e outros tipos de repulsa ao que é diferente. Pois mesmo no discurso que abarca uma ética de consciência social e coletiva, como é o caso da Declaração dos Direitos Humanos, identifica-se uma busca por satisfação de desejos individuais e um aspecto de combate a tudo e a todos que ameacem a ascensão econômica e social de alguns.

Há uma distância considerável entre o discurso, aquilo que é pregado e desejado, e aquilo que é posto em prática. O impulso social é concebido para que uns vejam os outros sob o prisma de escala competitiva, como se as diferenças existentes entre cada indivíduo fossem diferenças de grau (ou seja, numa escala crescente entre o pior e o melhor). E o degrau nessa escala, o critério a ser usado é justamente o dinheiro.

Cortina retoma Lévinas e sua intenção de negar a totalidade como sobressalente aos indivíduos e se volta para a tradição hebraica no qual o *absoluto*

se dá através do rosto do outro, exigindo que se assuma também a responsabilidade sobre esse outro. A ideia de moldar a vida diante de uma realidade construída em volta de um espaço privado elimina e revela repulsa a quem vem de fora. A propriedade construída se transforma em algo que é próprio de si, o *meu*, e as pessoas integrantes desse espaço, dessa “casa”, fazem parte da *nostra* comunidade e, portanto, podem usufruir do que ali existe, diferente de quem está de fora, “o outro”. Adela Cortina invoca a filosofia da hospitalidade levinasiana para tentar atenuar os aspectos da aporofobia na sociedade atual:

Lévinas quer destacar o primado do humano: o homem é antes de tudo um estar com os outros, com os outros com quem se relaciona e perante os quais tem responsabilidade; a responsabilidade pelo outro é a própria estrutura que o constitui como sujeito. A responsabilidade não é um simples atributo da subjetividade, como se já existisse em si mesma, mas é, antes, uma relação ética; não é um “para si”, mas um “para o outro”. Essa seria a base definitiva de uma filosofia da hospitalidade, de acolher e de ser acolhido (CORTINA, 2020, p. 204).

A solução proposta por Adela Cortina para a minimização de certos tipos de aversão e violência se dá não a partir de um utópico populismo ou totalitarismo de alto controle sobre os grupos, mas de um projeto educacional que tenha como aposta a recuperação da democracia e da cidadania ativa, onde haja o reconhecimento da dignidade das pessoas e das suas multiplicidades (tanto étnicas, como econômicas, religiosas, de gênero, entre outras). É com esse equilíbrio e compromisso com a atividade cívica e democrática que parte do individual tendo em vista o coletivo, que seremos capazes de superar as barreiras dos mais diversos tipos de preconceitos e aversões (SOARES, 2002).

### **Considerações Finais**

Posses determinam posições sociais e posições sociais determinam a valoração moral que damos uns aos outros. Os exemplos utilizados ao longo do texto servem como representações cotidianas de como a posse de coisas (dinheiro) determina os juízos morais que são emitidos por nós e pelos outros. A conclusão que se pode ofertar nestas breves linhas é que aquele ou aqueles que detêm mais condições em termos de dinheiro, mais posses de coisas (consequentemente o meio

de satisfazer além das próprias necessidades), estarão numa posição social mais favorável do que aqueles que não possuírem. Esses indivíduos serão tratados de forma diferenciada pelo conjunto social onde vivem, pouco importando o sistema de governo ou econômico que vigore.

A relação entre pessoas é baseada nas coisas e não nas próprias pessoas, sendo assim, todo o conjunto de regras morais acabará acompanhando o valor conferido a elas por possuírem mais ou menos dinheiro. Toda ideia de totalidade estará subordinada à uma ideia de diferenciação de valor, maquiando o rosto do outro com aspectos de preconceito e rejeição. A pessoa não é mais um outro que merece ser respeitado como parte integrante do “absoluto”, ela é um outro a ser combatido e excluído, algo que ameaça à integridade de um grupo e sociedade baseado em posses, em quantias monetárias.

## Referências

ARISTÓTELES. **Econômicos/Obras de Aristóteles**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Leonell Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo: Victor Civita, 1973. (Coleção Os Pensadores).

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BERGSON, Henri. **As duas fontes da moral e da religião**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Trad. Carmen C, Varriale *et. al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. 2ª ed. Trad. de Alfredo Fait. São Paulo: Mandarim, 2000.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. *In: I Conferência Estadual da Mulher organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1999.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CUNHA, M. G. B. O problema na pobreza: aporofobia e o desafio democrático. **Argumentos: Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, Montes Claros, v. 19, n. 1, p. 243-250, 2022.

DE DEUS, F. R. O conceito “aporofobia” de Adela Cortina: reflexões sobre a sistêmica aversão aos pobres e a pobreza. **Anãnsi: Revista de Filosofia**, v. 2, n. 1, p. 123-136, jan./jun. 2021.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972 – 1990).** São Paulo: Editora 34, 1992.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

GONÇALVES, Scheilla Nunes. **Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes.** 2018. 208p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço.** Petrópolis: Vozes, 2015.

JAEGGI, Rahel. Um conceito amplo de economia. Economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 503-522, set./dez., 2018.

ORDINE, Nuccio. **A Utilidade do Inútil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SOARES, Francisco. Aporofobia e a ética da corresponsabilidade e da hospitalidade cosmopolita em Adela Cortina. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 14, p. 1-13, 2018.

SPINELLI, Miguel. Sobre as diferenças entre *Éthos* com épsilon e *Éthos* com eta. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 9-44, 2009.

Recebido em: 25.04.2022.  
Aprovado em: 11.08.2022.